

**EDUCAÇÃO NOS CONGRESSOS NACIONAIS DA PSICOLOGIA: Um
compromisso da categoria profissional?****PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**Resumo**

Deliberações relativas à educação têm sido delineadas nos Congressos Nacionais da Psicologia (CNP), impulsionando o Sistema Conselhos de Psicologia a concentrar esforços nesse campo. Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa cujo objetivo é compreender o desenvolvimento dos posicionamentos de psicólogos brasileiros sobre educação. Uma pesquisa documental foi conduzida, utilizando os softwares Iramuteq e MaxQDA. Onze documentos de deliberações dos CNP, ocorridos entre 1994 e 2022, foram analisados por análise temática. Identificou-se variações nos interesses da categoria de psicólogos em relação à educação ao longo dos anos, em consonância com mudanças sociais que afetam a psicologia brasileira. A pesquisa revela que os psicólogos brasileiros têm adotado uma postura crítica e propositiva em relação à psicologia escolar e educacional, contribuindo para a defesa dos direitos humanos, da inclusão e da democratização da educação. Recomenda-se a realização de pesquisas para identificar o impacto concreto das deliberações do CNP nas ações do Sistema Conselhos de Psicologia.

160

Palavras-chave: Educação. Sistema Conselhos de Psicologia. Psicologia Educacional.

Abstract

Decisions related to education have been outlined in the Brazilian National Congresses of Psychology (CNP), driving the Psychology Council System to concentrate efforts in this field. The aim of this research is to understand the variation and development of Brazilian psychologists' positions on education-related topics. A documentary research was conducted, using the Iramuteq and MaxQDA software. Eleven deliberation documents from CNPs, occurring between 1994 and 2022, were analyzed through thematic analysis. The analysis allowed identifying variations in the interests of psychologists regarding education over the years, in line with social changes affecting Brazilian psychology. The research reveals that Brazilian psychologists have adopted a critical and proactive stance towards school and educational psychology, contributing to the defense of human rights, inclusion, and the democratization of education. Further research is recommended to identify the concrete impact of CNP deliberations on the actions of the Psychology Council System.

Keywords: Education. Brazilian Psychology Boards. Educational Psychology.

Introdução

A trajetória da psicologia brasileira como profissão é marcada por marcos regulatórios significativos. Em 1962, a Lei nº 4.119 reconheceu e regulamentou a prática psicológica no país, delineando a formação e os direitos do psicólogo (Brasil, 1962). Posteriormente, em 1971, a Lei nº 5.766 estabeleceu o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia (Brasil, 1971), em um cenário de repressão durante a Ditadura Militar que prejudicava movimentos organizacionais de categorias profissionais (Leite, 2008). Esses conselhos foram dotados de autoridade para orientar, disciplinar e fiscalizar a prática da psicologia, com o objetivo de garantir a ética e a qualidade dos serviços prestados.

Além das funções regulatórias, o Sistema Conselhos de Psicologia também define os limites da prática profissional e atua como consultor em questões relacionadas à psicologia (Holanda, 1997). Para cumprir essas funções, os conselhos desenvolvem estratégias que abrangem influência política, regulação, formação profissional e coleta de informações atualizadas sobre a prática psicológica no Brasil (Leite, 2008).

Uma dessas estratégias são os Congressos Nacionais e Regionais da Psicologia, realizados a cada três anos desde a década de 1990. Esses congressos buscam ouvir as demandas e propostas da categoria profissional, cujas decisões influenciam as ações dos Conselhos de Psicologia (Leite, 2008).

Os Congressos Nacionais da Psicologia (CNP) e os Congressos Regionais da Psicologia (COREP) desempenham um papel crucial na definição das diretrizes e no posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia no Brasil. A cada ciclo desses eventos, são gerados cadernos de deliberações, que refletem as propostas aprovadas pela categoria. Esses cadernos, tanto em âmbito federal quanto regional, orientam as atividades dos Conselhos, influenciando sua atuação em todo o território nacional.

O processo de democratização do Sistema Conselhos de Psicologia é um aspecto fundamental nesse contexto. Os congressos permitem a participação ativa dos profissionais da psicologia na definição das políticas e diretrizes da profissão. Além disso, são espaços onde se articulam chapas para as eleições dos conselhos, garantindo a representatividade e a legitimidade das gestões subsequentes.

A análise das deliberações dos CNP e COREP revela as demandas e preocupações da categoria profissional, bem como orienta as ações dos Conselhos

de Psicologia. Esses documentos históricos fornecem *insights* sobre as problemáticas sociais, técnicas, políticas e científicas que impactam a prática da psicologia no Brasil.

Um tema recorrente nessas deliberações é a educação, especialmente a psicologia escolar e educacional. Apesar da sua relevância, esse campo enfrenta desafios, como a fragilidade como direito social e a diversidade de orientações práticas. A legislação recente, como a Lei nº 13.935 de 2019 (Brasil, 2019), busca melhorar a situação ao determinar a obrigatoriedade de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de ensino, mas ainda há obstáculos na implementação efetiva dessas políticas.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as deliberações dos CNP sobre as demandas educacionais enfrentadas pela profissão de psicólogo no Brasil, buscando compreender os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia nesse campo. Através dessa análise histórica, espera-se contribuir para uma compreensão mais profunda do papel dos Conselhos de Psicologia na promoção da qualidade e da ética na prática da psicologia educacional.

Método

A metodologia de pesquisa adotada foi qualitativa, documental e exploratória. A metodologia documental foi adotada pela natureza dos dados de interesse, garantindo a fidedignidade das fontes, com informações oficiais e historicamente relevantes, mas que não haviam passado por tratamento de análise científica. Foram coletados e analisados 11 cadernos de deliberação do CNP, sendo o primeiro datado de 1994 e o último de 2022. A Tabela 1 apresenta a relação desses documentos.

Tabela 1 – Cadernos deliberativos analisados

Documento	Tema	Ano
I CNP	Repensando a psicologia	1994
II CNP	O Psicólogo vai mostrar a sua cara	1996
III CNP	Psicologia: Interfaces, políticas públicas, globalização	1998
IV CNP	Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da Psicologia	2001
V CNP	Protagonismo social da psicologia	2004

POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS:
DOS CONTEXTOS DE BASE À DIFUSÃO INTERNACIONAL

VI CNP	Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão	2007
VII CNP	Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão	2010
VIII CNP	Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos	2013
IX CNP	Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária	2016
X CNP	O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais	2019
XI CNP	O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais	2022

Fonte: o autor

Primeiramente, foram selecionadas para análise todas as deliberações e moções presentes nesses documentos que se referiam a educação. Trechos que abordassem apenas a formação em psicologia, embora parte do escopo de interesse da psicologia escolar e educacional, não compuseram o conjunto de dados, pois delineavam um campo extremamente específico – apesar de amplo – muitas vezes posto à parte nos documentos.

A partir da formação do corpus, foram percorridas etapas independentes de análise, que foram intercaladas. A etapa 1 utilizou o software MaxQDA e foi conduzida pautada pelo processo de análise temática, envolvendo a formulação de categorias que representativas que permitem sua interpretação e resposta ao problema de pesquisa. A análise temática tem como objetivo identificar padrões, heterogeneidade externa e homogeneidade interna nos dados coletados, a fim de caracterizar a amostra de forma clara e precisa (Souza, 2019). A heterogeneidade diz respeito à clareza na diferenciação de cada tema quando comparados entre si. Já a homogeneidade interna, relacionada à coerência e consistência dos dados dentro de cada fonte de informação, garante a unidade de significado e evita confusões na análise. Neste estudo, optou-se por uma postura indutiva, sem a definição prévia de categorias. A formação das categorias e a codificação dos dados ocorreram durante a leitura dos segmentos de texto selecionados dos documentos analisados. Essa abordagem permitiu a identificação de temas e subtemas de forma mais orgânica e flexível, considerando a complexidade e a heterogeneidade dos dados coletados.

A etapa 2 foi sustentada pelo software Iramuteq, e buscou no traçar do perfil lexicométrico dos dados coletados. Utilizou-se os recursos de estatística de texto, análise de similitude e Classificação Hierárquica Descendente. Nesse caso, houve dois conjuntos de corpora analisados de modo independente. O primeiro conjunto envolvia os segmentos de texto selecionados em cada documento, sendo estas as partes correspondentes ao objeto de estudo desta pesquisa; o segundo conjunto incluiu os segmentos que compuseram cada categoria de análise elaborada na etapa 1. A partir do primeiro conjunto, foi possível analisar as tendências textuais de cada documento, no tocante ao tema da educação. A partir do segundo, foi possível elaborar classes estatisticamente significativas que caracterizaram as amostras categorizadas nos temas da etapa anterior.

Os resultados obtidos em ambas etapas foram confrontados e foram complementares uns aos outros. Os procedimentos do Iramuteq permitiram identificar conexões entre elementos textuais, bem como estabelecer categorias estatisticamente formuladas com termos associados por segmento de texto. Já a análise realizada no MaxQDA permitiu maior aprofundamento na particularidade dos documentos, maior detalhamento de categorias e visão histórica dos elementos, sendo interpretado cada caderno separadamente.

Este estudo tem como parte do fundamento ético-científico a defesa ao compartilhamento de dados. Espera-se e estimula-se que outros pesquisadores acessem o projeto, seus dados e produtos, avaliem sua condução e desenvolvam novos estudos com o material disponibilizado.

Resultados

Após a leitura e processo de codificação temática dos dados, organizou-se os resultados nas seguintes categorias, ilustradas por ordem decrescente de frequência de ocorrência no total de documentos analisados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das categorias no conjunto de documentos

Categorias	Documentos
Organização política	11
Direitos Humanos e cidadania	10
Políticas Públicas	10
Fortalecimento da profissão	10
Papel orientador	9

POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS:
DOS CONTEXTOS DE BASE À DIFUSÃO INTERNACIONAL

Educação inclusiva e combate ao capacitismo	9
Medicalização e patologização	6
Promoção da saúde	5
Combate à violência	4
Outros	9

Fonte: O autor

Organização política

Nesta categoria, destacam-se os compromissos relativos à organização política da categoria de psicólogos, incluindo sua participação em conselhos, sindicatos e outros órgãos de mobilização social e gestão participativa. Após análise dos dados utilizando CHD, identificamos quatro classes significativas. A Classe 1 aborda a luta da categoria em relação a legislações, como o projeto Escola sem Partido e a obrigatoriedade de psicólogos nas escolas públicas. A Classe 2 propõe a aproximação com associações educacionais relevantes, como a ABEP e a ABRAPEE. A Classe 3 destaca a relação entre educação e direitos, sugerindo que a psicologia seja uma via para garantir esse direito à sociedade civil. Por fim, a Classe 4 defende a presença da psicologia em fóruns e conselhos de educação em âmbito estadual, municipal e nacional.

Direitos Humanos e cidadania

Nesta categoria, exploramos os posicionamentos em defesa da educação como um direito humano e espaço de promoção dos Direitos Humanos. Utilizando CHD, identificamos cinco classes relevantes. A Classe 1 destaca os povos tradicionais e quilombolas como sujeitos de direito, propondo melhorias na educação voltada para essas populações. A Classe 2 aborda aspectos legais relacionados à presença da psicologia nas escolas e o impacto de projetos como o Escola sem Partido. A Classe 3 enfoca o combate à discriminação e violência contra grupos LGBTQIA+, pessoas negras e de classes sociais desfavorecidas. A Classe 4 ressalta a importância da psicologia na promoção de uma educação inclusiva em termos étnico-raciais. Por fim, a Classe 5 destaca a necessidade de participação dos Conselhos de Psicologia na formulação de políticas de Direitos Humanos e educacionais.

Políticas públicas

A ênfase, nesta categoria, recai sobre a defesa da presença da psicologia nas políticas públicas educacionais e intersetoriais. Através de CHD, identificamos cinco classes relevantes. A Classe 1 propõe ações que conectam a educação aos direitos

das crianças e adolescentes. A Classe 2 discute a formação em psicologia e a participação em entidades que lutam pelos direitos da população atendida pelas políticas educacionais. A Classe 3 aborda a importância dos conselhos de controle social da educação e a participação dos psicólogos nesses órgãos. A Classe 4 destaca a interrelação da prática psicológica com políticas de saúde e assistência social. Por fim, a Classe 5 sugere a participação da psicologia nos planos e políticas de Direitos Humanos e educacionais.

Fortalecimento da profissão

Neste tópico, observamos propostas para o fortalecimento qualitativo e quantitativo da psicologia escolar e educacional. Utilizando CHD, identificamos seis classes relevantes. A Classe 1 aborda a realização de concursos em todas as esferas de governo. A Classe 2 destaca a importância da articulação da psicologia com associações da categoria para garantir sua inserção nos espaços educacionais. A Classe 3 propõe a inclusão da psicologia como disciplina do Ensino Médio da educação básica. A Classe 4 defende funções privativas do psicólogo e seu papel como profissional da educação. A Classe 5 foca em fomentar discussões sobre a atuação da psicologia para sensibilização social e parlamentar. Por fim, a Classe 6 enfatiza o apoio à inclusão do serviço da psicologia nas escolas.

166

Papel orientador

Reúne-se, nessa categoria, o papel orientador do Sistema Conselhos de Psicologia na difusão e qualificação da atuação da psicologia escolar e educacional. Através de CHD, identificamos cinco classes relevantes. A Classe 1 destaca a ação das comissões do CFP na divulgação de documentos orientadores do Conselho à comunidade escolar. A Classe 2 propõe a divulgação das práticas da psicologia escolar nos canais de comunicação do Conselho e a realização de um ano temático sobre o tema. A Classe 3 sugere o uso do CREPOP como ferramenta de produção de saber e gestão. A Classe 4 enfatiza a realização de campanhas, principalmente de saúde mental, em escolas. A Classe 5 propõe a realização de eventos para fomentar debate e visibilidade à atuação da psicologia escolar e educacional.

Educação inclusiva e combate ao capacitismo

Aqui apresentam-se propostas para a expansão e qualificação da educação inclusiva, bem como estratégias de combate ao capacitismo. Utilizando CHD,

identificamos quatro classes relevantes. A Classe 1 classifica a deficiência como uma questão de direitos humanos e propõe a inclusão de pessoas com deficiência nas demandas de combate às discriminações. A Classe 2 propõe a difusão do debate sobre deficiências em parceria com profissionais da educação. A Classe 3 foca em práticas de educação inclusiva, divulgando o trabalho dos psicólogos e desenvolvendo estratégias de aprimoramento. Por fim, a Classe 4 busca uma abordagem política e inclusiva da educação, não apenas como uma prática técnica.

Medicalização e patologização

Esta categoria e as seguintes, pela menor ocorrência de resultados, não garantiria cálculos significativos para aplicação da CHD. Portanto, a análise ocorreu com base na análise dos gráficos de similitude do Iramuteq, que agregam as palavras também com base nas conexões entre si ao longo dos segmentos de texto, demonstrando agregados correlacionados que permitem sua interpretação.

Este tópico aborda a crítica à medicalização e patologização no contexto educacional. Destaca-se a importância de desenvolver ações de combate à discriminação e patologização no sistema educacional, bem como promover intervenções psicológicas contextualizadas e sensibilizar sobre o tema por meio de campanhas e parcerias com outras entidades afins. Salientamos a relevância das discussões sobre medicalização, que ganharam destaque após o VII CNP em 2010, e a subsequente criação do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

Promoção à saúde

Essas propostas defendem o papel do psicólogo escolar e educacional como operador de práticas de promoção de saúde em contextos educacionais. Há explícita a defesa da integração da psicologia nas equipes multidisciplinares das escolas. Sua atuação deveria considerar ações de saúde partindo de temas como: prevenção do suicídio, violências, sofrimento psíquico, saúde mental, inclusão escolar, redução de danos e luta antimanicomial. Também é destacada a importância de campanhas educativas em diversos setores, como escolas, empresas e mídia, e a necessidade de atualização de práticas profissionais e conscientização sobre questões de estigma, preconceito e normatização.

Combate à violência

A categoria agrega o papel da psicologia frente ao combate às situações de violência sítidas no contexto escolar e educacional, bem como em outras políticas públicas que interagem com a escola. Nos textos, há menção à relação entre violência e vulnerabilidade social, LGBTfobia, questões de gênero e diversidade. Sugere-se que o enfrentamento à violência demanda da relação entre a psicologia nas relações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social. Outro ponto abordado refere-se aos efeitos das situações de violência que, além dos impactos à saúde mental, demarcam trajetórias escolares precarizadas e marcadas pela evasão.

Outros

Nesse ponto foram incluídas propostas como: psicologia de modo a atuar frente aos entraves da instituição escola, educação para o trânsito, intervenções diretas nos processos de ensino-aprendizagem, psicopedagogia e socioeducação. Esses temas foram mencionados e, em alguns casos, melhor explorados em outros eixos não relacionados diretamente à educação.

Discussão

Antunes (2008) demonstra que mesmo antes do reconhecimento científico da psicologia, temas referentes aos fenômenos psicológicos figuravam no pensamento colonial brasileiro, especialmente nos contextos educacionais. No século XIX, esses temas foram incorporados aos currículos das escolas normais, lugares onde, no século seguinte, os primeiros especialistas em psicologia desenvolveram pesquisas na área (Sekkel; Barros, 2013). Nesse cenário, a psicologia se alinhava à cientificização da educação e à construção do ideário nacionalista brasileiro, operando – também através da educação – como ferramenta de higienismo social (Patto, 2022).

Em meados do século XX, mesmo a atuação escolar dita comprometida com o processo de ensino-aprendizagem era, segundo Antunes (2008), passível de crítica pela utilização indiscriminada e descontextualizada das ferramentas psicológicas no espaço escolar. As interpretações oriundas dos métodos clínicos e psicométricos excluíam com frequência os fenômenos históricos e sociais que perpassam os atores da escola, em especial os estudantes. Souza (2009) revela que é apenas a partir da década de 1980 que a perspectiva crítica adentra a psicologia escolar e educacional, enfatizando a importância de pensar um estudante contextualizado, a intervenção ativa da escola no desenvolvimento humano, e a importância de uma prática

profissional que integralize métodos e técnicas condizentes com a construção de uma prática comprometida com a superação das desigualdades sociais.

Assim sendo, os avanços da psicologia-ciência deveriam estar acompanhados em avanços da psicologia-profissão, caso o interesse fosse construir uma prática em psicologia escolar e educacional efetiva e progressista. Nesse sentido, as categorias identificadas neste estudo devem revelar não apenas demandas aleatórias ou abstratas aventadas pelos psicólogos em espaço de discussão política, mas fenômenos concretos que atravessam as problemáticas educacionais e os processos de escolarização no Brasil.

Ao examinarmos as propostas elencadas pelos profissionais de psicologia, percebemos que a transição de temas de interesse ao campo opera de modo pouco ordenado, nem sempre sendo evidente sua origem. Há ainda uma intermitente incidência entre temas tradicionais e contemporâneos.

Por exemplo, contrariando a abordagem tradicional da Psicologia Escolar e Educacional, centrada em temas como aprendizagem e desenvolvimento humano, as propostas identificadas nesta pesquisa transcendem as questões tidas como "básicas". Há uma indicação de que a categoria profissional organizada no contexto político de construção dos CNPs pensa essa área voltada para uma abordagem mais contextualizada, considerando as nuances históricas e culturais que permeiam o cenário educacional, o que coaduna com a configuração contemporânea do campo conforme apontado por Antunes (2008). Reflete-se também um distanciamento da psicologia escolar e educacional da atuação clínica, ratificando o que Barbosa e Marinho-Araújo (2010) entendem por uma maior identidade da área. Por outro lado, lembramos que embora as propostas analisadas nesta pesquisa orientem a atuação do Sistema Conselhos de Psicologia e, por fim, reverberem na categoria profissional em todo o território nacional, a prática de uma psicologia comprometida com a mudança social e com a análise das demandas educacionais a partir de uma compreensão que extrapole a culpabilização do indivíduo pelo não aprendido obedece a uma luta teórica e política mais complexa que, por vezes, não refletem os ideais aqui identificados.

Percebe-se, entretanto, que há uma maior ênfase em uma psicologia que transcende as intervenções individualista, sinalizando a importância em intervenções institucionais e sociais mais amplas. Isso pode ter reverberações em determinadas

temáticas, tradicionalmente associadas a uma atuação individualizada da psicologia dentro e fora do setting escolar, dentre elas as intervenções em saúde.

Embora os documentos pesquisados, quando analisados integralmente, não tenham negligenciado o tema da saúde mental (por vezes assumindo a centralidade em diversos eixos), fica evidente sua pouca abordagem nas propostas referentes à educação.

Na perspectiva crítica em psicologia, a saúde no contexto escolar não é enxergada de modo à parte das práticas institucionais, históricas e políticas, nem dos fenômenos que delas reverberam. Assim sendo, podemos associar as demais categorias identificadas nos documentos como, em alguma medida, vinculadas aos processos de saúde. Entretanto, partindo dessa perspectiva teórica, compreende-se uma crítica aos modelos de saúde que foram introjetados no contexto escolar, por vezes transportando processos clínicos e profiláticos para a escola (Lima, 2005), ou operando em moldes higienistas de controle de comportamentos tidos como normais e socialmente aceitáveis (Patto, 2022).

Ou seja, intervir na saúde mental na escola demanda ultrapassar o entendimento biomédico dos processos de saúde-doença, bem como não se limitar ao setting clínico terapêutico ao qual a psicologia historicamente delineou sua atuação e não se adequa a um padrão de escola insubmisso à lógica médica. Esse posicionamento parece ser frequente nas camadas politicamente organizadas da psicologia, o que se manifesta nos documentos analisados nesta pesquisa. Entretanto, Jacinto e Dazzani (2022) demonstraram que tais discussões não impediram que as práticas clínicas protagonizassem a expectativa de atuação da psicologia escolar no cenário público, pois ainda é frequente que esse modelo de atuação seja requisitado nas atribuições dos editais de concurso, bem como nos conteúdos programáticos exigidos em suas provas.

Enfim, a análise das propostas reflete uma orientação por uma perspectiva de psicologia comprometida com a mudança social, condizente com a psicologia escolar crítica (Meira; Antunes, 2003). Mesmo temas que tradicionalmente eram abordados de forma distinta passaram a ser enxergados dentro desse contexto, evidenciando uma transição significativa na compreensão da psicologia escolar e educacional ao menos por parte dos profissionais politicamente organizados que contribuíram com a elaboração dos documentos aqui analisados. Assim sendo, cabe ao Sistema

Conselhos efetivar esse posicionamento e à categoria acompanhar, fiscalizar e contribuir com determinadas ações.

Considerações Finais

A pesquisa examinou o tratamento dado à educação nos Congressos Nacionais da Psicologia (CNP), onde os psicólogos discutem questões prioritárias para o Sistema Conselhos de Psicologia. A análise destacou uma variedade de temas emergentes nos CNPs, refletindo aspectos históricos e políticos da psicologia, porém algumas temáticas recorrentes na prática profissional, como violência e saúde, não foram abordadas com o mesmo destaque. Houve predominância de questões relacionadas à educação pública, embora algumas propostas tenham se concentrado em ações pontuais do CFP, como pesquisas e campanhas, cuja efetividade na prática necessita de escrutínio. Algumas deliberações se traduziram em ações concretas do CFP, como pesquisas e campanhas, porém a eficácia dessas medidas ainda requer avaliação.

Limitações no método de análise foram identificadas, incluindo a evolução da organização dos documentos ao longo do tempo e a falta de clareza em algumas propostas. Apesar disso, o estudo destaca a importância dos Cadernos de Deliberações dos CNPs como ferramenta de análise e reflexão, enfatizando a necessidade de qualificar a categoria profissional para promover práticas mais eficazes e inovadoras que atendam às necessidades educacionais contemporâneas (Jacinto; Dazzani, 2022).

Referências

- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008.
- BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 3, p. 393–402, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>.
- BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 1962.

BRASIL. **Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1971.

HOLANDA, A. Os conselhos de psicologia, a formação e o exercício profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 17, n. 1, p. 3–13, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000100002>.

JACINTO, P. M. S.; DAZZANI, M. V. M. Atribuições e competências para o psicólogo escolar: uma análise do perfil requerido em concursos públicos. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M.; TEIXEIRA, A. M. B.; CAVALCANTE, L. (Orgs.). **Psicologia Escolar: atuação profissional e a Lei 13.935/2019**. Grupo Átomo & Alínea, 2022.

LEITE, W. S. Lei 5.766: uma cara conquista. In: **Conselho Federal de Psicologia. Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia**. Brasília: CFP, 2008. pp. 10-13.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, v. 23, n. 42, p. 17-23, 2005.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 70-78, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2022.

SEKKEL, Marie Claire; BARROS, Carlos César. **Licenciatura em psicologia: temas atuais**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 13, p. 179-182, 2009.

SOUZA, L. K. D. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, maio/ago. 2019.

Autor 1:



Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Graduado em Psicologia pela UNEB. Mestre e doutor em Psicologia pela UFBA. Coordenador do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ: Observatório Psicologia e Desenvolvimento Humano. Professor auxiliar A na UESB.

Email: pablo.jacinto@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2803856896817719>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4894-5893>